

RACIONALIDADE E DEMOCRACIA: A IDEOLOGIA, O ANTAGONISMO E A EXCLUSÃO QUE A MÍDIA EXERCE SOBRE A SOCIEDADE.

Fernanda Barbosa dos Santos*

Leonardo Augusto Marques Marinho**

RESUMO

O artigo reflete sobre a forma simbólicas de dominação desenvolvida no meio social e os reais jogos de poder, que se escondem atrás das representações na contemporaneidade. Aborda a relação que os meios de comunicação tem no contexto de representação, sendo um instrumento de poder que consegue dominar os mais variados processos de construção dos significados importantes para a estrutura de uma sociedade.

O estudo chama a atenção para a problemática teórica apresentada pelo filósofo Pierre Bourdieu, na mediação entre agente e sociedade, através do antagonismo e exclusão entre si, quais sejam: o objetivismo (estruturalismo) e a fenomenologia.

Outros dois filósofos trabalhados na pesquisa são Michel Foucault, que estabelece a dissociação entre os mecanismos de repressão e de dominação, e Jürgen Habermas que analisa o perigo de que o homem se explicita somente mediante ações externas, a auto-alienação do homem, o que lhe pode roubar a sua própria identidade e a do outro. Pensando sobre indivíduos isoladamente, temos que apercebermo-nos como participantes da estruturação social e sermos responsáveis em toda a construção de valores éticos, políticos, culturais entre outros que guiam o contexto coletivo. Contudo, só obteremos êxito nesta questão, se soubermos analisar a “busca do real”.

*Mestranda em Direito pela Universidade Presidente Antônio Carlos. Especialista em Direito Público pela Universidade do Grande Rio. Advogada, inscrita, na Subseção Juiz de Fora da OAB, Seção Minas Gerais.

**Mestre e Doutor em Direito pela UFMG, área de concentração em Ciências Penais, Professor do Programa de Mestrado em Direito da UNIPAC, Professor de Direito Processual Penal da PUC Minas.

PALAVRAS-CHAVE

MEIOS DE COMUNICAÇÃO; PODER; REPRESENTAÇÃO E DOMINAÇÃO; IDEOLOGIA.

ABSTRACT

The article reflects on the symbolic forms of domination developed in the social environment and the real games of power that they are hidden behind the representations in nowadays. It approaches the relation that the medias has in the representation context, being an instrument of domination for the processes of construction of the important meanings for the structure of a society. The study calls the attention for the problematic theoretician presented for the philosopher Pierre Bourdieu, writing on the agent and society, through the antagonism and exclusion between itself. Others two philosophers worked in the research are Michel Foucault and Jürgen Habermas. Thinking on individuals separately, we have that as the participant ones to be responsible in all the construction of ethical values, politicians, cultural among others that they guide the collective context. However, we will only get success in this question, if we know how to analyze the “search of the real”.

KEY WORDS

MEDIA; POWER; REPRESENTATION AND DOMINATION; IDEOLOGY.

INTRODUÇÃO

Este estudo assume um ponto de vista da Teoria do Direito, enfatiza a necessidade de uma renovada interpretação de valores e concepções inseridas no contexto da sociedade.

Destacam-se significativas teorias dos filósofos Pierre Bourdieu, Michel Foucault e Jürgen Habermas, no esforço de adequar a representação exercida pelos meios de comunicação (reflexo da “opinião pública”) aos preceitos ideológicos e constitucionais de uma cultura, ocasionando a despolitização de massa da população e o desmoronamento da opinião pública política.

A verdadeira ruptura no Estado Liberal para o Democrático se encontra com o advento das idéias de dignidade, liberdade, segurança, igualdade e justiça social, dentre outras, com “concreta” efetivação das normas jurídicas e a consolidação de uma cidadania participativa.

O destaque dos elementos sociais impregna toda a ordem ideológica submetendo o Estado a uma ordem baseada em valores reais e atuais, na qual a justiça social é o fim último do direito, à luz de uma ação estatal efetiva.

A democracia é idealmente o governo do poder visível, ou do governo cujos atos se desenvolvem em público, sob o controle da opinião pública. As instituições de um país livre não podem durar muito tempo, escreveu no século passado Maurice Joly em seu Diálogo no inferno entre Maquiavel e Montesquieu, se não agirem à luz do sol (au grand jour).

Nesse contexto já indicado, interessa-nos, particularmente, analisar a conexão entre a idéia de ideologia e o domínio exercido pela mídia, sendo o parâmetro popular, ou seja, a mídia atualmente dita a vontade da população.

A pesquisa foi desenvolvida tendo como base a forma simbólica de dominação desenvolvidas no meio social. O fundamento quanto à concepção simbólica reside na investigação dos aspectos difusores de uma cultura, retratando a atividade humana estruturada a partir das mais variadas formas de representação que passam a organizar a vida de uma pessoa e de toda uma sociedade, criando uma ideologia voltada, muitas vezes, em interesses de pequenos grupos sociais; gerando a opacidade do poder em negação à democracia. Cabe-nos indagar: O processo ideológico distorce a realidade? Quais são os verdadeiros jogos de poder atrás das representações do mundo atual?

1. A IDEOLOGIA

Por Ideologia entendemos ser um termo usado no senso comum contendo o sentido de um conjunto de idéias, pensamentos, doutrinas e visões de mundo de um indivíduo ou de um grupo, orientado para suas ações sociais e políticas.

A origem do termo ocorreu com Destutt de Tracy, que criou a palavra e lhe deu o primeiro de seus significados: a ciência das idéias. Logo após, esta palavra ganharia um sentido pejorativo, quando Napoleão chamou De Tracy e seus seguidores de "ideólogos" no sentido de "deformadores da realidade".

Karl Marx, desenvolveu uma teoria a respeito da ideologia, na qual concebe a mesma como uma consciência falsa, proveniente da divisão do trabalho manual e intelectual. Assim, neste contexto, surgem os ideólogos ou intelectuais que passam através das idéias impostas, a dominar através das relações de produção e das classes que esses criam na sociedade. Contudo, a ideologia (falsa consciência) inverte ou esconde a realidade para os ideais ou vontades da classe dominante.

Michel Foucault diverge a sinonímia predominante na tradição marxista, entre poder e aparelho de Estado, dando importância em suas análises a poderes periféricos. O poder não é uma propriedade, uma realidade centralizada e unitária que se possui ou não. É algo mais complexo, difundido; é uma rede de mecanismos ou dispositivos que funciona como uma maquinaria, disseminada por toda a estrutura social. Assim, além do sistema estatal, dos mecanismos gerais de dominação, existe uma mecânica de poderes locais, específicos, circunscritos, que se expandem por toda a sociedade.

Posteriormente, vários outros pensadores abordaram a temática da ideologia. Alguns passaram a abordar ideologia como sendo sinônimo de “visão de mundo”.

Assim sendo, toda ideologia é um sistema de idéias, de símbolos, de critérios e de atitudes que têm uma coerência entre si, de tal modo que se distingue e mesmo se opõe a outro sistema de idéias. Toda ideologia serve para acolher, selecionar e controlar a informação.

As ideologias podem ser mais ou menos consolidadas, na medida em que expressam idéias, símbolos, critérios, atitudes de indivíduos ou de grupos sociais. Geralmente, as ideologias articulam idéias de grupos e segmentos sociais, gerando um controle das informações com um acolhimento popular, sem alguma seleção.

O controle expressa o poder de dividir, de separar o que está dentro e o que está fora da ideologia e do grupo que a defende. Desta forma, as ideologias grupais estabelecem alguma forma de dominação entre dirigentes e dirigidos.

Quando a ideologia expressa e articula idéias e atitudes de um indivíduo sem contar com o apoio do grupo do qual participa, ela geralmente é vista como desvio ideológico ou opinião pessoal. Um indivíduo se sente inibido na medida em que não compreende e, portanto teme a ideologia do grupo que o cerca. A compreensão torna-se o início da libertação social da qual depende a criatividade coletiva.

A crítica das ideologias depende de uma compreensão do funcionamento e do sentido das ideologias. É preciso saber a quem elas beneficiam e a quem elas

bloqueiam, em cada situação. É preciso desvendar a lógica do poder, a forma pela qual os poderosos utilizam as informações para manterem-se como dirigentes de grupos.

Para Bourdieu a ideologia não aparece e não se assume como tal, sendo deste desconhecimento que lhe vem a sua eficácia simbólica. O poder ideológico apresenta-se como contribuição específica da violência simbólica para a violência política (dominação).

A ideologia e a linguagem existem enquanto realidades interligadas. A linguagem, a seu ver, é sempre social, a partir dela o sujeito toma consciência de si mesmo e depende da atuação do outro. A palavra quer ser ouvida, compreendida, respondida e quer, por sua vez, responder à resposta, e assim *ad infinitum*. Tal processo caracteriza uma ambivalência: o representar com fidelidade uma realidade ou distorcê-la.

Destaca-se a concepção de Jürgen Habermas que afirma ter o conceito de ideologia surgido com uma nova organização social – a ascensão da burguesia como classe dominante e do modo de produção capitalista que passou a legitimar novas formas de poder estatal, fundamentadas na livre iniciativa do mercado e no recuo do Estado.

Há uma interdependência entre a relação de interesses versus as técnicas que se podem utilizar para a satisfação das necessidades orientadas por valores que perdem no decorrer do tempo, a sua conexão com uma satisfação tecnicamente adequada de necessidades reais; tornam-se afuncionais e morrem como ideologia. Inversamente, com novas técnicas e a partir da transformação da situação de interesses podem formar novos sistemas de valores.

No discurso, a distorção trazida pela ideologia não decorre dela, mas de um grupo que a utiliza como um instrumento para ocultar as contradições e desarmar toda tentativa de interrogação. A ideologia não se apresenta apenas como uma representação imaginária do real que serve ao exercício da dominação em uma sociedade fundada na luta de classes; não se mostrando, do mesmo modo, apenas e tão somente, como uma inversão imaginária do processo histórico na qual as idéias ocupam o lugar dos agentes históricos reais.

As produções simbólicas são caracterizadas por um discurso ideológico que não permite ao sujeito a possibilidade de dar-se conta do mundo. O homem passa a ter seu ser construído.

2. O CONSTRUTIVISMO E A ESTRUTUAÇÃO

Bourdieu, adota como nomenclatura o construtivismo estruturalista ou estruturalismo construtivista.

Esta postura consiste em admitir que existe no mundo social estruturas objetivas que podem dirigir a ação e a representação dos indivíduos, dos chamados agentes. No entanto, tais estruturas são construídas socialmente assim como os esquemas de ação e pensamento, chamados de habitus.

Tenta-se fugir da dicotomia subjetivismo/objetivismo dentro das ciências humanas. Rejeita-se tanto trabalhar no âmbito do fisicalismo, considerando o social enquanto fatos objetivos, como no do psicologismo, o que seria a "explicação das explicações". Busca-se um equilíbrio, uma fronteira que interligue as ciências.

No que diz respeito ao saber, para Foucault é fundamentalmente nítida a idéia básica de que o saber das ciências do homem não é o outro poder, uma exigência revolucionária de humanização, mas o instrumento de um tipo de poder que nasceu juntamente com a idéia de humanização: o poder normalizador. Assim, segue seu pensamento e conclui que o que seria interessante nas análises genealógicas é justamente a dissociação entre os mecanismos de repressão e de dominação.

O momento objetivo e subjetivo das relações sociais estão numa relação dialética. Existem realmente as estruturas objetivas que coagem as representações e ações dos agentes, mas estes, por sua vez, na sua cotidianidade, podem transformar ou conservar tais estruturas.

A verdade da interação nunca está totalmente expressa na maneira como ela se nos apresenta imediatamente. Uma das mais importantes questões na obra de Bourdieu se centraliza na análise de como os agentes incorporam a estrutura social, ao mesmo tempo que a produzem, legitimam e reproduzem. Neste sentido se pode afirmar que ele dialoga com o Estruturalismo, ao mesmo tempo, que pensa em que espécie de autonomia os agentes detêm. Bourdieu, então, se propõe a superar tanto o objetivismo estruturalista quanto o subjetivismo interacionista (fenomenológico).

3. A MÍDIA COMO UM INSTRUMENTO DE CONSTRUÇÃO DA REALIDADE

Ao analisar o campo jornalístico, percebemos que os mecanismos de tal campo estão cada vez mais sujeitos às exigências do mercado que passam a exercer influências, em primeiro lugar sobre os próprios jornalistas e, em parte por intermédio deles, sobre os diferentes campos de produção cultural, e, especialmente, sobre o campo jurídico.

[...] os diferentes poderes e, em particular as instâncias governamentais, agem não apenas pelas pressões econômicas que estão em condição de exercer, mas também por todas as pressões autorizadas pelo monopólio da informação legítima, especialmente das fontes oficiais; em primeiro lugar, esse monopólio proporciona à autoridades governamentais e à administração, à polícia por exemplo, mas também às autoridades jurídicas, científicas etc., armas na luta que as opõe aos jornalistas na qual tentam manipular as informações ou os agentes encarregados de transmiti-las, ao passo que a imprensa tenta, a seu turno, manipular os detentores da informação para tentar obtê-la e assegurar para si sua exclusividade. Sem esquecer o poder simbólico excepcional conferido à grandes autoridades do Estado pela capacidade de definir, por suas ações, suas decisões e suas intervenções no campo jornalístico (entrevistas, entrevistas coletivas, etc.), a ordem do dia e a hierarquia dos acontecimentos que se impõem aos jornais (Bourdieu, 1997, p. 103-104).

Desta forma, os meios de comunicação, utilizam-se de uma "censura invisível" causadora da perda da autonomia de um discurso. Tal censura ocorre justamente em razão da interferência do poder econômico e, por vezes, do poder político exercido mediante a contribuição dos proprietários de grandes emissoras, para que os interesses da classe dominante sejam mantidos. O que faz dos meios de comunicação um formidável instrumento de manutenção da ordem simbólica.

Os noticiários possuem uma percepção muito própria dos acontecimentos que se mostram como passíveis de virarem notícia – o sensacionalismo.

Com base nesse raciocínio, os meios de comunicação e, especialmente, a televisão apresenta-se como uma fonte perigosa do poder de fazer crer na notícia como representação da realidade, quando a tendência do jornalismo é transformar um fato banal em extraordinário. A mídia torna-se o "árbitro do acesso à existência social e política".

Se a televisão privilegia certo número de fast-thinkers que propõem fats-food cultural, alimento cultural pré-dirigido, pré-pensado, não é apenas porque (e isso faz parte também da submissão à urgência) eles têm uma caderneta de endereços, aliás sempre a mesma [...]: há falantes obrigatórios que deixam de procurar quem teria realmente alguma coisa a dizer, isto é, em geral jovens ainda desconhecidos, empenhados em sua pesquisa, pouco propensos a frequentar a mídia, que seria preciso ir procurar, enquanto que se tem à mão, sempre disponíveis e dispostos a parir um artigo ou a dar entrevista, os habitués da mídia. Há também o fato de que, para ser capaz de "pensar" em condições em que ninguém pensa mais, é preciso ser pensador de um tipo particular (Bourdieu, 1997, p. 41).

No momento em que apenas se absorve a informação e não se pensa acerca de sua veracidade, os mecanismos de alienação intensificam-se e a manipulação das idéias é, por deveras, facilitada.

A televisão é um universo em que se tem a impressão de que os agentes sociais, tendo as aparências da importância, da liberdade, da autonomia, e mesmo por vezes uma aura extraordinária (basta ler os jornais de televisão), são marionetes de uma necessidade que é preciso descrever, de uma estrutura que é preciso tornar manifesta e trazer à luz (Bourdieu, 1997, p. 54).

3.1 A DISTORÇÃO DA "OPINIÃO PÚBLICA"

A mídia por trabalhar com a "opinião pública", tem força de construir a realidade, de tal modo que é possível identificá-la como um ator coletivo, no momento em que passa a ter legitimidade para "falar" em nome da sociedade, apoiada, justamente, nas pesquisas de "opinião pública".

O adjetivo "público" foi incorporado à noção de "opinião", no final do século XVIII, apresentando-se como, uma espécie de máquina de guerra ideológica 'improvisada' pelas elites intelectuais e pela burguesia de toga a fim de legitimar suas próprias reivindicações no campo político.

Destaca-se que a opinião pública, gerada por meio das sondagens de opinião, nasce da problemática proposta por estas.

As problemáticas propostas pelas sondagens de opinião são problemáticas interessadas. Toda problemática é interessada, mas, no caso particular, os interesses que sustentam essas problemáticas são interesses políticos e isto exerce um grande controle, simultaneamente, sobre a significação das respostas e sobre a significação dada à publicação das respostas. A sondagem de opinião, no contexto atual, é um instrumento de ação política; sua função mais importante consiste talvez em impor a ilusão de que existe uma opinião pública como pura adição de opiniões individuais.

Bourdieu baseia-se em três postulados para realizar uma crítica acerca do real efeito das sondagens de "opinião pública", quais sejam:

Primeiramente, toda pesquisa de opinião supõe que todo mundo pode ter uma opinião; ou em outras palavras, que a produção de uma opinião está ao alcance de todos. Correndo risco de ferir um sentimento ingenuamente democrático [...]. Segundo postulado: supõe-se que todas as opiniões se equivalem: penso ser possível demonstrar que isto é absolutamente falso e que o fato de acumular opiniões que não têm absolutamente a mesma força real leva a uma distorção muito profunda. Terceiro postulado implícito: no simples fato de fazer a mesma pergunta a todo mundo acha-se implícita a hipótese de que existe um consenso sobre os problemas, em outras palavras, de que existe um acordo sobre as perguntas que merecem ser feitas (Bourdieu, 1997, p. 137-138).

Assim, a "opinião pública" apresenta-se como uma construção artificial, porque amparada em premissas e métodos de realização que em nada condizem com a realidade dos fatos. Realizados somente com o fim de alcançar o *status* de cientificidade.

Há opiniões mobilizadas, opiniões construídas, grupos de pressão orientados em torno de um sistema de interesses; e, ainda, por outro lado, disposições, isto é, a opinião no estado implícito, que, por definição, não pode ser entendida como opinião se com isso se compreende algo que pode ser formulado em discurso com pretensão à certa lógica. Ou seja, as sondagens de opinião são realizadas através de questionamentos às pessoas para que expressem suas opiniões quando estas opiniões já se encontram previamente formuladas.

Ao fazermos uma análise sobre a obrigação moral, a verdade e o senso comum, consideramos a distinção da moralidade e interesse próprio uma distinção entre meu senso mesmo como parte de um grupo junto através de uma lealdade recíproca e meu senso de mim mesmo como um indivíduo isolado. Assim, vejo a resposta à questão “como podemos convencer as pessoas a aceitar as demandas excessivas?” sendo: “por meio de uma ampliação de seu senso do que conta como “um de nós”, como membro de nossa sociedade de lealdade.

Embora, a maioria das sociedades ocidentais estejam embasadas por uma filosofia democrática, nas quais está garantida a "livre manifestação do pensamento", tal postulado não tem efetivação diante da construção da "opinião pública". Estabelece-se um consenso acerca de assuntos que se mostram importantes/necessários para a manutenção de interesses de determinados grupos, inviabilizando a diversidade de pensamentos e, especialmente, uma postura de crítica e de oposição ao que é entendido como "consenso". Destaca-se que a livre concorrência política que caracteriza os regimes do tipo democrático tende a ocultar o trabalho de imposição que existe também nesses regimes e que tem como objeto a criação de um consenso sobre os temas passíveis de provocarem desacordos.

A nova sociologia política reduz em última instância o processo de formação da vontade democrática a um procedimento regulado por aclamação a favor das elites chamadas alternadamente à governação. Intacta na sua substância irracional, a dominação pode assim legitimar-se, mas não racionalizar-se como tal.

A "opinião pública" pode ser compreendida, então, como o pensamento preponderante de um ou mais grupos sobre uma questão específica, fazendo com que seja inserida no próprio pensamento hegemônico, reproduzindo uma ideologia que procura legitimar as mais variadas formas de dominação da elite política.

Efetivada pela elite para a permanência da constituição social, a dominação, com os seus privilégios e regalias, é realizada por intermédio, especialmente, de meios de propaganda cada vez mais amparados no apelo ao emocional.

A "opinião pública", quando legitimada pelas sondagens de opinião, ganha *status* de cientificidade, apresentando-se como veículo muito eficiente para justificar as exigências que a própria mídia produz, mostrando-se como um poder articulado que é responsável pela criação de um medo social em relação à criminalidade que se tornou hegemônico na sociedade contemporânea.

3.2. A MÍDIA: PODER SIMBÓLICO/PODER POLÍTICO

O poder alcançado pela mídia, mediante a construção da "opinião pública", apresenta-se como a própria "verdade", pois as concepções que se têm são por ela construídas. Simplesmente inexistente um contra-discurso, o que impossibilita sobremaneira qualquer construção de uma reação a difusão de "verdades" apresentadas pelos meios de comunicação.

Constata-se que o papel da mídia na sociedade contemporânea pode se apresentar como um poder de mobilização, persuadindo-nos a seguir as "regras" que ela estabelece, o poder de dizer o que o homem deve fazer e como deve fazer é dela [da mídia].

Para tanto, a mídia desenvolve o seu papel de informação, noticiando o que se faz necessário para o cuidado contra qualquer risco futuro, criando, por via de consequência toda uma preocupação neste sentido. Ela informa o que interessa as pessoas e, também, dita regras, moldando as suas condutas, fazendo com que a liberdade esteja diretamente ligada a este poder da mídia, impossibilitando ao indivíduo, imerso em informações por ela trazidas, questionar-se acerca da relevância das informações veiculadas pela mesma.

Acredita-se na veracidade da "opinião pública" sem questionar os métodos para a sua realização e passa-se a incorporar a forma de pensar criada pela mídia. Somos atingidos por um poder invisível: o poder simbólico dos meios de comunicação. Somos violentados e nem ao menos nos apercebemos disso. Somos atingidos por uma forma simbólica de violência.

A maior parte das comunidades mantêm-se excludentes, sem senso de identidade e auto-imagem de seus membros dependem do orgulho de não serem certos outros tipos de pessoas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ideologia nos dias atuais ganha a forma específica do imaginário social moderno. É um instrumento pelo qual os agentes sociais representam para si mesmos o aparecer social, econômico e político, de tal sorte que essa aparência, por ser o modo

imediate e abstrato de manifestação do processo histórico, é a dissimulação do real, universalizando o particular pelo apagamento das diferenças e contradições. A ideologia ganha coerência e força porque é um discurso lacunar que não pode ser preenchido.

Neste sentido, as produções simbólicas são caracterizadas por um discurso ideológico que não permite ao sujeito a possibilidade de dar-se conta do mundo.

A mídia exerce um efeito demagógico e despolitizante sobre os desprovidos de capital econômico e cultural, tendo como conseqüência a desmobilização de movimentos críticos; fator que se evidencia na estruturação social e vem a se constituir na violência simbólica, caracterizada também pela influência do campo político.

A despolitização de massa da população e o desmoronamento de uma opinião pública política são componentes de um sistema de dominação que tende a eliminar da discussão pública as questões práticas.

Neste contexto, a "opinião pública" criada pela mídia mostra-se como uma forma eficiente de obter a legitimidade para a construção de demandas aparentemente "necessárias".

O processo ideológico distorce a realidade criando certezas construídas de muitos fatos pontuais significantes que explicam uma situação complexa. Desta forma, a mídia impõe "certezas" que são o caminho mais curto para o preconceito. Isto é fundamentado, pois este poder encoberto pela representação distorcida funda-se em falsas ideologias.

As idéias servem muitas vezes para mascarar com pretextos legitimadores os motivos reais das nossas ações. O que a este nível se chama racionalização chamamos-lhe, no plano da ação coletiva, ideologia. O conteúdo manifesto de enunciados é falseado pela irrefletida vinculação a interesses, por parte de uma consciência sã na aparência autônoma. As representações ou descrições nunca são independentes de padrões

Desta forma, como selecionar todas as verdades ditas como opiniões públicas em uma sociedade cada vez mais apolítica, com visões distorcidas do real, para que consigamos ter uma real Social Democracia eficaz? Para que a Social Democracia, um dia possa tornar-se uma verdade inquestionável, teríamos que primeiramente, começarmos a quebrar alguns mitos e fazermos uma re compreensão de valores éticos, para, então, partirmos para a busca do real, investindo mais no conhecimento, ou seja, em políticas públicas eficazes; pois, em um futuro não muito distante, a ideologia, será

ditada pelo poder do conhecimento, por estar tão pouco proliferado na sociedade, cada vez mais manipulada, e sem representatividade.

Uma filosofia enganadora da historia é apenas o reverso do cego decisionismo – o objetivismo não é rompido pela força de uma renovada teoria, mas só pela demonstração do que ele mascara: a conexão entre conhecimento e interesse.

A filosofia, ao renunciar à sua grande tradição, permanece-lhe fiel. A idéia de que esta filosofia continua, a ser uma especialidade ao lado das ciências e fora da consciência publica enquanto a herança da tradição, de que ela criticamente se libertou, sobreviver na auto-compreensão positivista das ciências.

Há o perigo de que o homem se explicita só mediante ações externas que transformam o mundo e fixe aos homens e a si mesmo, nesta esfera objetiva construção. Como se a ideologia fosse uma mera instrumentalização da técnica “imposta” à população. A auto-alienação do homem, que lhe pode roubar a sua própria identidade e a do outro é o perigo de que o criador se perca na sua obra e o construtor na sua.

O homem não pode passar a ter seu ser construído, eis que o povo não precisa de uma dissertação, não precisa de uma teoria. Basta-lhe uma palavra que lhe mova o coração e tenha seu ideal sendo o construtor de sua própria história.

Buscamos trazer, na escolha do texto, uma mensagem positiva, algo que os antigos queriam transmitir como lições de sabedoria, conduta e vida, demonstrando o “real” existente no jogo de poder, e a necessidade de uma aproximação dos fundamentos filosóficos na sociedade, pois tal decrescente interesse, é dizer que o infinito está perdendo seu encanto por estarmos abraçando o senso comum finitista.

“A secularização da alta cultura, que os pensadores como Espinosa e Kant ajudaram a realizar, formou em nós o hábito de pensar horizontalmente em vez de verticalmente – de entender como poderíamos providenciar um futuro ligeiramente melhor em vez de olhar para cima, para a estrutura suprema, ou para baixo, para as profundezas insondáveis” Richard Rorty.

REFERÊNCIAS

ÁVILA, Humberto. *Teoria dos Princípios: Da definição à Aplicação dos Princípios*. São Paulo: Malheiros, 2003.

BARROSO, Luís Roberto; BARCELLOS, Ana Paula de; PEREIRA, Jane Reis. *A nova interpretação do direito: Ponderação, Direitos Fundamentais e Relações Privadas*. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

BARROSO, Luís Roberto. *Temas de Direito Constitucional*. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

BOBBIO, Norberto. *A Era dos Direitos*. 8ª ed. Campus, Rio de Janeiro, 1992.

_____. *Teoria do Ordenamento Jurídico*. 7ª ed. UnB, Brasília, 1996.

_____. *As Ideologias e o Poder em Crise*. 4ªed. UnB, Brasília, 1999.

BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas sobre a teoria da acção*, Oeiras: Celta Editora, 1997

_____. *Sobre a televisão*, Oeiras: Celta Editora, 1997

HABERMAS, Jurgen. *O futuro da natureza humana. A caminho de uma eugenia liberal?* Trad. Karina Jannini. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

FREITAS, Juarez. *A interpretação sistemática do direito*. 3ed. São Paulo: Malheiros, 2002.

OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. *Processo e Hermenêutica na Tutela Penal dos Direitos Fundamentais*. Belo Horizonte: Del Rey, 2004.

PEREIRA, Rodolfo Viana. *Hermenêutica filosófica e constitucional*. Belo Horizonte: Del Rey, 2001.

PERELMAN, Chaim. *Tratado da argumentação*. Trad. Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

ROSA-DALLA, Vergílio. *Uma Teoria do Discurso Constitucional*. São Paulo: Landy, 2002).

SOUZA, José Crisóstomo de. *Filosofia, racionalidade, democracia: os debates Roty & Habermas*. São Paulo: Unesp, 2005.

VIANNA, Luiz Werneck et alli: *A Judicialização da Política e das Relações Sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1999.

VIEIRA, José Ribas. *Perspectivas da Teoria Constitucional Contemporânea*. Rio de Janeiro: Lumem Júris, 2007.

WACQUANT, Loïc J. D.. “O legado sociológico de Pierre Bourdieu: duas dimensões e uma nota pessoal”, *Revista de Sociologia e Política*. n.19, pp. 95-110, Curitiba nov. 2002.

WEISSHEIMER, Marco. “O legado crítico de Pierre Bourdieu”. *Revista Espaço Acadêmico* I (10), março de 2002. <http://www.espacoacademico.com.br>.